



**16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**  
Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”  
Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Trabalho, Questão Social e Serviço Social.

**CAPITALISMO MONOPOLISTA: TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS,  
SERVIÇO SOCIAL E “QUESTÃO SOCIAL”**

**Maria Angelica Paixão Frazão<sup>1</sup>**  
**Carmen Ferreira Corato Costa<sup>2</sup>**

**Resumo:** As transformações societárias no final do século XX fazem emergir três mudanças fundamentais na estratégia de acumulação do capital: a reestruturação produtiva, o neoliberalismo e o predomínio do capital financeiro. Isso rebaterá no cotidiano do exercício profissional do assistente social, que agora trabalhará sobre as demandas do Estado, mudanças das políticas sociais e as “novidades” da velha “questão social”.

**Palavras-chaves:** Acumulação do capital; Questão social; Serviço social.

**Abstract:** The societal transformations at the end of the twentieth century emerge three fundamental changes in the capital accumulation strategy: The productive restructuration, neoliberalism and the predominance of financial capital. This will rebound in the daily routine of the social worker, who will now work on the demands of the State, changes in social policies and the "news" of the old "social question."

**Keywords:** Capital Accumulation; social question; Social Service.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto de estudos realizados em torno dos fundamentos objetivos do serviço social, analisados por Netto (2011), em sua tese sobre a estrutura sincrética do serviço social: a “questão social”, enquanto campo de demandas e objeto de intervenção profissional; o cotidiano, como horizonte de intervenção e a manipulação de variáveis empíricas que trata da modalidade específica de intervenção profissional.

Será no período do capitalismo monopolista que o serviço social se apresenta enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, para atuar na operação, execução e gestão de políticas sociais. Nossa hipótese é de que a fase atual do capitalismo, o capitalismo contemporâneo, tem a força de reeditar aspectos teóricos e ideológicos do passado profissional, colocados em xeque pela Intenção de Ruptura, vertente crítica da

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: [paixao.angelica@hotmail.com](mailto:paixao.angelica@hotmail.com).

<sup>2</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: [paixao.angelica@hotmail.com](mailto:paixao.angelica@hotmail.com).

renovação do Serviço Social brasileiro que conquistou hegemonia no meio profissional nos anos 1990, erigindo um novo projeto de profissão – o Projeto Ético Político.

Assim, buscaremos analisar ao longo deste trabalho as determinações objetivas da “questão social” enquanto objeto de intervenção do trabalho do assistente social, compreendendo as transformações societárias, os rebatimentos sobre as manifestações da “questão social” e no exercício profissional do serviço social. Para isso, acreditamos que Netto (2011) chegou à conclusão da sua tese sobre a estrutura sincrética do serviço social, recorrendo aos clássicos do imperialismo – estágio em que se amplia as contradições do capitalismo e aponta novas contradições que explicam novas formas de intervenção estatal frente à “questão social”, bem como o surgimento das políticas sociais e a emergência de uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho que pudesse intervir nas sequelas da “questão social”, tendo como horizonte de atuação profissional o cotidiano.

## **DESENVOLVIMENTO**

Os modos de produção são as formas societárias que expressam por sua vez, o desenvolvimento das forças produtivas articuladas com determinadas relações sociais de produção. As forças produtivas de determinada sociedade se tratam da combinação existente entre os meios de produção e a força de trabalho que atuam sobre esses, produzindo mais valor no processo de produção.

Todo modo de produção precisa necessariamente produzir as condições de sua reprodução. O que particulariza o modo de produção capitalista é que a reprodução tem que garantir em sua base o processo de acumulação de capital. Neste sentido, é impossível pensar na organização de um modo de produção capitalista sem o processo de acumulação de capital. Nos termos de Marx (2013):

Seja qual for a forma social do processo de produção, ele tem de ser contínuo ou percorrer periodicamente, sempre de novo, os mesmos estágios. Assim como uma sociedade não pode deixar de consumir, tampouco pode deixar de produzir. Portanto, considerado do ponto de vista de uma interdependência contínua e do fluxo contínuo de sua renovação, todo processo social de produção é simultaneamente processo de reprodução (Marx. 2013. p.641)

O modo de produção capitalista se sustenta na contradição entre produção socializada e apropriação privada. No capitalismo, diferente das sociedades anteriores, tem-se uma produção da riqueza em larga escala, na proporção em que se constitui o aumento das desigualdades. Enquanto modo de produção, desenvolve ao mesmo tempo a produção e reprodução das relações sociais que expressam a relação contraditória da exploração da

classe burguesa sobre os trabalhadores. Deste modo, se funda a lei geral de acumulação do capital, que nas palavras de Marx (2013) corresponde:

Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de seu trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista (Marx, 2013, p. 719)

Assim, percebemos que as implicações da lei geral de acumulação nas relações sociais levam diretamente à acumulação da miséria, à brutalização e coisificação das relações humanas, à escravidão, degradação moral e a barbarização da vida social.

Essas mudanças societárias, operadas pela consolidação da grande indústria no século XIX, operam alterando as bases econômicas, políticas e sociais na Europa, período que demarca o surgimento do termo “questão social”.

Segundo Netto (2011) a expressão “questão social” data da terceira década do século XIX e foi divulgada por críticos de diferentes espectros políticos. Surge para dar conta das manifestações de pauperismo próprias da ordem burguesa, iniciadas com o processo de industrialização na Inglaterra. Sobre esse fenômeno, remete Netto (2011, p.153): “Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas”.

Ou seja, pauperismo é diferente da pobreza até então vista. Resulta da exploração e intensificação da industrialização da sociedade moderna que se expressa como diferentes desigualdades sociais, políticas, econômicas, culturais, regionais oriundas da relação capital *versus* trabalho. Para Netto (2011):

A designação deste pauperismo pela expressão “questão social” relaciona-se diretamente aos seus desdobramentos sócio-políticos. Mantivessem-se os pauperizados na condição cordata de vítimas do destino, revelassem eles a resignação que Comte considerava a grande cívica e a história subsequente haveria sido outra. Lamentavelmente para a ordem burguesa que se consolidava, os pauperizados não se conformaram com a sua situação: da primeira década até metade do século XIX, seu protesto tomou as mais diversas formas, da violência luddista à constituição das trade unions, configurando uma ameaça real às instituições sociais existentes. Foi a parir da perspectiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como “questão social. (NETTO, 2011, p. 154)

É somente com a entrada do proletariado em cena na Primavera dos Povos, em 1848, que os trabalhadores passam não apenas a constituir-se enquanto classe em si. Tomam, a partir desse momento, a consciência de classe, exigindo respostas às expressões da “questão social”, resultado da condição de pauperização em que se encontra na sociedade capitalista.

Será ainda na segunda metade do século XIX que o termo “questão social” desliza para o pensamento conservador laico e confessional que passa a naturalizar a sua existência. Deste modo Netto (2011) diz:

Entre os pensadores laicos, as manifestações imediatas da “questão social” (forte desigualdade, desemprego, fome, doenças, penúria, desamparo ante conjunturas econômicas adversas etc.) são vistas como características inelimináveis de toda e qualquer ordem social, que podem, no máximo, ser objeto de uma intervenção política limitada (preferencialmente com suporte “científico”), capaz de amenizá-las e reduzi-las através de um ideário reformista (aqui, o exemplo mais típico é oferecido por Durkheim e sua escola sociológica). No caso do pensamento conservador confessional, se se reconhece a gravitação da “questão social” e se se apela para medidas sócio-políticas para diminuir os seus gravames, insiste-se em que somente sua exacerbação contraria a vontade divina (é emblemática, aqui, a lição de Leão XIII, de 1881). (NETTO, 2011, p.155)

Temos assim um tratamento dado à “questão social” que visa, quando objeto de intervenção política, no máximo reduzi-la ou amenizá-la, nunca a eliminar de qualquer ordem social. Ou seja, atuar sobre as refrações da “questão social” só é possível desde que não apresente nenhum risco à existência do capitalismo. O contexto de efervescência política de 1848 demarca um novo momento político da organização dos trabalhadores e a passagem de classe em si a classe para si.

Diante de todo o exposto, é possível entender que o núcleo fundante da “questão social” é a lei geral de acumulação do capital. Não se pode tratar a “questão social” como mera expressão da pobreza, fruto da escassez e da baixa produção de riqueza social, pois em todas as sociedades onde se existiu a divisão de classes, a divisão social do trabalho, a miséria e a desigualdade se fizeram presentes. Tratar de um fato novo na história do desenvolvimento econômico é relacionar a produção de riqueza em larga escala, na mesma proporção em que se produz a pobreza em larga escala.

Para a manutenção e conservação de uma ordem social, a classe dominante produz toda uma superestrutura com legislação jurídica, política, formas de consciência capazes de promover a naturalização de fenômenos próprios à ordem social vigente. Assim fazem os ideólogos da burguesia, ao buscarem naturalizar a constituição da “questão social”.

O problema da naturalização da “questão social” perpassa um projeto de tratar como problema originário do âmbito privado, individual e não público. Para isso, a “questão social” é tratada como algo a-histórico, despolitizado e deseconomizando a análise sobre a estrutura que funda a “questão social”. Neste sentido, Netto (2011) analisa:

A intervenção estatal sobre a “questão social” se realiza, com características que já adotamos, fragmentando-a e parcializando-a. E não pode ser de outro modo: tomar a “Questão social” como problemática configuradora de uma totalidade processual específica é remetê-la concretamente à relação capital/trabalho - o que significa, liminarmente colocar em xeque a ordem burguesa. (NETTO, 2011, p.32)

Outro debate que tem surgido na contemporaneidade, através das mudanças ocorridas na última quadra do século XIX, é a existência de uma “nova questão social”. Os autores que defendem essa ideia compreendem a sociedade na atualidade como pós-industrial, deixando de existir a “questão social clássica” que era vinculada ao fenômeno da industrialização.

As consequências dessas análises distanciam a vinculação da “questão social” com a acumulação do capitalismo, trazendo para o âmbito moral e a organização de políticas sociais cada vez mais focalizadas e seletivas, debitando desta forma a responsabilidade pela continuidade das refrações da “questão social” aos próprios trabalhadores. Netto (2011) vai afirmar que, com a naturalização e moralização da “questão social”, o Estado vai atuar no sentido de ajustar os sujeitos “desviantes” à sociedade e ao mercado. Tratando como patologias e precisando se adequar à ordem social.

Diante do desenvolvimento do capitalismo no último quartel do século XIX e da organização monopólica, o Estado redimensiona-se, ampliando suas funções, garantindo as condições gerais de acumulação de capitais, através do controle dos mercados sobre o acréscimo de lucros capitalistas. Se no período “clássico” do Imperialismo destaca-se dois aspectos fundamentais do processo de acumulação de capitais como a supercapitalização e o parasitismo, será no período do “capitalismo tardio” que Mandel (1985) destacará os impactos dessas duas características no decorrer da “era do ouro do capital”. Os grupos monopolistas demandarão do mecanismo extraeconômico – o Estado – a intervenção sistemática e organizada na economia capitalista ao exercer suas múltiplas funções.

Refuncionalizado pela etapa imperialista do capitalismo, o Estado exercerá, de acordo com Netto (2011, p.24), uma série de funções, dentre elas funções econômicas diretas (o Estado funcionava como capitalista coletivo, atuando como um “empresário” de bens não rentáveis, fornece matéria-prima a custos baixos, comprando empresas com dificuldades financeiras ou, ainda, repassando complexos públicos para os monopólios), funções econômicas indiretas (o Estado comprava serviços e mercadorias dos monopólios, permitindo a valorização do excedente econômico, investia na profissionalização da força de trabalho, na pesquisa e produção tecnológica), funções estratégicas (O Estado ao combinar suas funções econômicas diretas e indiretas passava a organizar e administrar os ciclos de crise do capital, através de uma intervenção planejada e criação de projetos de desenvolvimento econômico), funções extraeconômicas (articulação das funções econômicas e políticas do Estado, através de uma intervenção extraeconômica, o Estado passa a atender parte das demandas reivindicadas pelos trabalhadores, desde que possam ser incorporadas pelo capital, sem representar um risco à sua ordem).

A era dos monopólios demarcou não apenas um novo momento do desenvolvimento econômico mundial, mas também inaugurou outro patamar de organização do poder político

da sociedade. É neste sentido que o Estado amplia sua intervenção política quanto à classe trabalhadora, percebendo a possibilidade de combinar repressão e concessão, partindo de uma perspectiva de ser um instrumento “coesionador da sociedade”. Assim, crescem os instrumentos de força destinados a manutenção da “lei e da ordem”, investe-se muitos capitais no aparato militar, assim como se organiza uma vasta legislação social para atender parte das reivindicações do proletariado na forma de assistência ao trabalhador, etc.

As transformações societárias ocorridas no final do século XX fazem emergir as bases para o desenvolvimento da terceira etapa do capitalismo monopolista, o capitalismo contemporâneo. Essas modificações, decorridas da crise da chamada “Era do ouro” do capital, expressam uma transição no regime de acumulação e na regulamentação da vida social e política. O que está diante de nossos olhos, com a crise que se apresenta nos anos setenta, é uma série de modificações que ocorrem por dentro de toda a estrutura do capital. O movimento do capitalismo, por si só, levou ao longo da história a diversas crises. Diferentemente das manifestações de suas crises cíclicas, alguns autores do campo da teoria social crítica, compreenderão essa crise do capital, como uma crise sistêmica. Deste modo:

Seus primeiros sinais sobrevieram na crise da Bolsa de Nova York, em 1987 - com a sequência, a partir dela, de efeitos em cascata expressos nos vários episódios de crises localizadas. Tais crises, a que os chamados “comentaristas” ou “jornalistas econômicos” da grande imprensa conveniente e ignorantemente consideram de forma isolada (a crise dos “Tigres Asiáticos”, a “crise da Bolsa Nasdaq”, a “crise da bolha imobiliária” e, agora, a “crise do euro”) são os indicadores mais visíveis de uma só crise: são indicadores da emergência de uma nova crise sistêmica do sistema capitalista e que apresenta traços inéditos em relação às duas anteriores. Aqueles que não compreenderem estas particularidades da crise contemporânea provavelmente vão considerar que há remédios para ela nas terapias (ainda e sobretudo de raiz keynesiana) adotadas no século XX (NETTO, 2012, p. 416)

Assim sendo, a crise dos anos setenta fez explodir a acumulação do padrão fordista que predominara anteriormente. Com o fim desse ciclo de crescimento, emerge uma onda de recessão econômica, da qual terá como respostas segundo Braz e Netto (2011, p.214) a estratégia de articulação entre a ideologia neoliberal, a reestruturação produtiva e a financeirização.

O ideário neoliberal aparece a partir desse momento criando as condições políticas, econômicas e sociais para o aumento dos lucros capitalistas, principalmente do setor financeiro. O neoliberalismo<sup>3</sup> teve como um dos seus principais formuladores o economista F. A. Hayek. Na defesa desse projeto, Heyek advogou por uma ordem social totalmente regida pelas leis de mercado, numa dinâmica de mercantilização total e extrema, sem qualquer

---

3 O cerne desse ideário neoliberal concentra-se em promover uma demonização do Estado, que seja cada vez menos atuante nas áreas sociais, realizando medidas como: cortes de funcionários e gastos públicos, desregulamentação universal dos direitos, bem como a promoção de uma série de privatizações.

“contaminação” da democracia, setor público e especialmente, ideias socialistas, promovendo reformas na máquina administrativa do Estado.

A ofensiva neoliberal chega ao Brasil, na década de 1990, desde então, passa a ganhar diferentes contornos nos diversos governos políticos. O projeto atual do capital no Brasil ganha novo relevo também em suas funções mais puramente econômicas: o neoliberalismo dos últimos governos trabalhou no sentido de impulsionar as atividades econômico-financeiras por meio tanto do financiamento direto das condições gerais da produção capitalista, quanto através do planejamento e da garantia das bases financeiras, nas quais se movem os contraentes do capital financeiro, detentores multifacetados de títulos da dívida pública, de ações nos monopólios bancários e nos monopólios industriais. No processo de acumulação do capital no capitalismo contemporâneo, se desenvolveu em escala mundializada, combinando guerras permanentes aos pobres, crimes ambientais, desenvolvimento de uma cultura decadente ideologicamente, obsolescência programada, militarização da vida, crescimento de racismo e xenofobia, focalização de políticas sociais, privatizações, flexibilização das relações de trabalho, desregulamentação dos sistemas financeiros nacionais e crescimento da pauperização dos trabalhadores. Neste sentido, resgatamos a seguinte afirmativa:

Conjunturas de rápidas e intensas transformações societárias constituem o solo privilegiado para processamento de alterações profissionais – seja o redimensionamento de profissões já consolidadas, seja o surgimento de novas atividades e ramos profissionais. (NETTO, 1996, p. 88).

As políticas neoliberais de retirada dos benefícios sociais (que operavam como salário indireto nas políticas keynesianas) e desmonte do estado de bem estar europeu (e suas formas periféricas, como as materializadas na constituição brasileira de 1988), que tanta relevância tiveram na conformação de um perfil profissional novo nos últimos anos, junto com as transformações produtivas que, por falta de uma melhor caracterização, denominamos pós-fordistas, significam uma mudança drástica no arcabouço político-institucional, técnico operacional, e ético-político, no qual opera o Serviço Social. Neste contexto, a estratégia de restauração da ordem do capital combateu veementemente qualquer tentativa de manutenção das conquistas políticas e sociais dos trabalhadores ao longo dos “anos dourados”, reafirmou o caráter bárbaro do qual se ergue o processo de acumulação do capital. Assim sendo:

Uma das suas múltiplas faces contemporâneas é o trato político-institucional que confere às massas excedentárias aos interesses imediatos do capital – trato consistente na articulação entre violência extraeconômica permanente e assistencialismo minimalista. (NETTO, 2010, p. 31).

Combinando as diversas práticas profissionais disciplinadoras, agora temos também as práticas de empoderamento e empreendedorismo como formas de enfrentamento ou de



gestão da “questão social”, sendo que esta por sua vez adquire a forma de “barbárie”. Esta nova forma de expressão da “questão social” (a barbárie) e de enfrentamento por parte do Estado e do empresariado (empreendedorismo e empoderamento), nos leva a pensar na persistência e até revigoração da estrutura sincrética do Serviço Social na contemporaneidade. Não somente através das políticas de empoderamento, mas também através de políticas mais tradicionais como o punitivismo<sup>4</sup> e a assistencialização caracterizam o novo trato da “questão social” na sua forma contemporânea, como barbárie.

Em contraposição os enormes avanços do serviço social, na elaboração de um projeto profissional vinculado à teoria social marxiana, a estrutura sincrética que emoldura o exercício profissional desde sua gênese, na atual fase do capitalismo ganha as possibilidades concretas de reeditar e recuperar, traços do conservadorismo profissional presente ao longo da trajetória profissional. Neste sentido, cabe analisarmos as possibilidades e limites do atual projeto ético político do serviço social diante do atual contexto.

## **Conclusão**

Finalmente, digamos que há outro elemento a ser levado em consideração que é o protagonismo dos sujeitos sociais, particularmente da classe trabalhadora. Como tem sido muito bem estudado na bibliografia profissional (NETTO, 2011), o projeto profissional crítico conhecido como projeto ético-político, nasceu nas lutas sociais e políticas pela redemocratização no final dos anos 1970 e ao longo dos anos 1980. Antes, nos anos 1960, o processo da reconceitualização do Serviço Social na América Latina também foi um resultado concreto das lutas daqueles dias inspiradas na revolução cubana. Estas lutas, dos anos 1980 na nossa sociedade, se confundem com a construção de uma estratégia conhecida como estratégia democrático-popular e tem expressão, especialmente, porém não unicamente, na constituição de partidos e movimentos sociais de trabalhadores que marcaram a história da nova república. Este é um processo que parece ter chegado ao fim na atualidade, com o desmonte da legislação trabalhista da CLT dos anos quarenta do século passado, assim como na dotação orçamentaria das políticas sociais da constituição de 1988, dando lugar a uma nova era ou época história na nossa formação social. Medidas como o congelamento do orçamento público por duas décadas das políticas de educação, saúde e assistência social, reforma da previdência e trabalhista, projeto de lei “escola sem partido”, constituem-se

---

4 Quanto à caracterização de punitivismo, consideramos os estudos realizados por Loic Wacquant como referência. O autor defende as transformações da política social no neoliberalismo como o social-panoptivismo, isto é, a política social é cada vez mais um instrumento de controle e punição das classes populares assumindo configurações de vigilância e disciplinamento (WACQUANT, 2007; 2011).



enquanto ataque direto aos direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores, possibilitando o capital financeiro valorizar-se ao apropriar-se também das políticas sociais.

O que chama a atenção, nestes dias, é que, a diferença do que aconteceu nos anos 80, o protagonismo da classe trabalhadora está bem atenuado. E esta situação de retraimento da classe trabalhadora tem consequências no projeto profissional, uma vez que como já tem sido analisado por Netto (1999) e Braz (2008), há uma dialética (não uma relação mecânica) entre os projetos societários, os projetos das classes sociais e os projetos profissionais. Várias contribuições buscam explicar a perda de protagonismo político dos trabalhadores nos últimos anos.

No caso particular do Brasil, esse debate passa por entender o papel do ciclo aberto ao final da ditadura empresarial-militar e a formação e consolidação do programa do projeto democrático-popular (PDP). Nesse sentido, Mauro Iasi (2016; 2006) compreende que a PDP conformou um amoldamento à ordem das principais organizações formadas no último ciclo, como destaque para o Partido dos Trabalhadores, conformando um apassivamento e regressão política e de consciência da classe explorada. Além de Iasi, outros autores buscam explicar essa perda de radicalismo e protagonismo político por outros aportes teóricos, como Ruy Braga (2012) e Singer (2012), contudo, concordando no essencial de que os exploradores deixaram de ser atores da grande política.

Este elemento, o retraimento do protagonismo da classe trabalhadora, junto com aquele outro das mudanças produtivas pós-fordistas, a financeirização do capital, a sua forma cultural, a pós-modernidade, na qual se expressam nesta terceira fase do capitalismo dos monopólios, nos leva a considerar a importância de resgatar no debate profissional os estudos realizados por Netto em torno do sincretismo profissional, que quando foi levantado pela primeira vez por Netto nos anos de 1990 ficou praticamente esquecido, e que hoje nos parece particularmente destacado no debate profissional que pretende aprofundar a vertente crítica do projeto profissional do Serviço Social.

## Referências

BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo, Boitempo Editorial, 2012.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna (1989)**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

LENIN, V.I. **O Imperialismo**: Fase Superior do Capitalismo. Tradução de Leila Prado. São Paulo: Centauro, 2008.

LOÏC, Wacquant. **Punir os pobres. A nova gestão da miséria nos estados unidos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan; Instituto Carioca de criminologia, 2007.

MANDEL, E. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MARX, K. **O capital. Crítica da economia política**. São Paulo, Abril, 1984, I, 2 (capítulos XXI e XXIII).

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo, Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_; **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo, Cortez, 1993.

\_\_\_\_\_; **Crise do capital e consequências societárias**. *Revista Serviço Social Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012.

\_\_\_\_\_; Serviço Social e tradição marxista. In: Braz, M. (Org). **José Paulo Netto. Ensaio de um marxista sem repouso**. São Paulo: Cortez, 2017. P. 297-313.

\_\_\_\_\_; Uma face contemporânea da barbárie. In: ENCONTRO INTERNACIONAL "CIVILIZAÇÃO OU BARBÁRIE", 3., Serpa, 30-31 oct. 1º nov. 2010.

SINGER, **Os sentidos do lulismo**. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

SWEZZY, P. **Teria do desenvolvimento capitalista: princípios de economia política**. São Paulo: Abril Cultura, 1983.